

TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL: ENSAIOS DE COMPREENSÃO

Natasha Alves correia Lima
Betânia Moreira de Moraes

RESUMO

Os fundamentos da presente comunicação foram alicerçados dentro dos estudos realizados na disciplina *Pedagogia do Trabalho* do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Esta breve análise, acerca da função social do trabalho, visa fomentar uma discussão dos propósitos que esta relevante atividade, singularmente humana, tem desempenhado ao longo da existência do homem. A metodologia de investigação para a presente comunicação é de natureza qualitativa e de cunho teórico-bibliográfico. À luz da ontologia marxiana, buscamos delinear a temática, essencialmente embasada no estudo de clássicos como Marx (2004), Engels (2002), Marx e Engels (1998), e de filósofos marxistas contemporâneos como Lukács (1978) e Mézáros (2000). Destacamos como considerações preliminares, do ensaio aqui esboçado, que o trabalho é naturalmente imprescindível para o desenvolvimento humano. Entretanto, ele mesmo pode ser utilizado como principal objeto da alienação e do conseqüente embrutecimento do homem. Isto é possível se, entre outros fatos, o valor intrínseco do trabalho for deslocado para algo estranho ao trabalhador, como, por exemplo, o acúmulo de riquezas apropriadas privadamente a serviço de poucos não-trabalhadores. É exatamente o que tem ocorrido desde o surgimento de diferentes classes sociais, onde dominados (classe oprimida) passaram a labutar a fim de satisfazer as demandas de seus dominadores (classe opressora). Mas que tem sido consideravelmente acentuado pelo capitalismo, que, entre outros males, tem desumanizado ainda mais o trabalho. Cabe-nos avaliar as conseqüências de nosso sistema vigente, as quais inevitavelmente redundarão numa catástrofe universal, caso não seja ele mesmo todo superado por uma nova concepção de sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ser social. Atividade vital consciente. Reprodução social.

TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL: ENSAIOS DE COMPREENSÃO

O *trabalho*¹, atividade propriamente humana, é o principal responsável pelo desenvolvimento do homem enquanto ser social. “/.../ É a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 2002, p. 1), por meio do qual se

¹ Ver mais em: MORAES, B. M. *Trabalho e individuação*. In. FELISMINO, Sandra Cordeiro (et al...) (orgs.). *Trabalho e educação face à crise global do capitalismo*. Fortaleza: LCR, 2002.

distingue de todos os animais. Nele e por ele o homem interfere na natureza de maneira consciente e voluntária a fim de transformá-la para o seu próprio proveito, segundo a sua vontade.

Essa é a diferença essencial entre a interação do animal com a natureza da realizada pelo homem, embora ambos produzam, originalmente, a partir de uma necessidade. Marx explicita muito bem tais distintas relações, que tanto o homem quanto o animal mantêm com a natureza.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto (2004, p.85).

O *trabalho* representa o salto evolutivo entre o humano e os demais seres vivos. De tal modo, defendemos que o trabalho é vontade humana posta em prática, uma vez que “/.../ nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo.” (ENGELS, 2004, p.23). Diferente dos animais, cuja vida é circunscrita pelos limites impostos pela natureza, o homem torna-se mais humano quanto mais faz recuar as barreiras naturais, conforme explicitou Marx. Mesmo, portanto, que haja semelhanças entre a intervenção do animal e a do homem na natureza, as diferenças são muito mais significativas, visto que revelam a supremacia do homem diante do reino animal. Tal como Engels de maneira sucinta avaliou: “/.../ só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a /.../” (2002, p. 8).

Nas palavras de Engels (2004, p.21-22):

Os animais, /.../ também modificam com sua atividade a natureza exterior, embora não no mesmo grau que o homem; /.../ a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão.

/.../ só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p.23).

O trabalho é atividade vital consciente, ou seja, diferencia-se das demais atividades vitais dos animais porque é mediado pela consciência. Através do trabalho, o homem transforma o meio natural, promovendo, desta forma, a criação de suas

próprias condições de existência. A transformação do mundo natural em um mundo humano revela a dinâmica auto-constitutiva do gênero humano.

A liberdade do homem ante o objeto do seu trabalho, supracitada, é, no entanto, uma mera condição original, da qual pode efetivamente decair. E isto de fato aconteceu a partir do momento em que o trabalho deixou de estar sob o domínio do trabalhador, tornando-se-lhe estranho. É quando o dominador tornou-se, então, dominado por aquilo mesmo que dominava.

A relação que o homem mantém originalmente com a natureza, de onde retira tanto os objetos necessários para a realização do seu trabalho quanto os elementos indispensáveis para a sua subsistência física, é de uma inevitável dependência (MARX, 2004, p. 81). Inicialmente, o homem vivia sob um paradoxo, isto é, uma aparente contradição, porquanto era tanto escravo quanto livre.

Escravo porque dependia (como ainda continua a depender) inteiramente da natureza. Livre, porém, para produzir não apenas conforme a sua necessidade, mas sobretudo segundo a sua vontade. Sua liberdade, porém, estendia-se para além do produto do seu trabalho, pois, por dominar os meios de produção que a natureza lhe fornecia, era livre também no próprio ato da produção.

A lógica natural, contudo, inverteu-se, assim podemos depreender a partir de uma análise dos diferentes períodos históricos vivenciados pelo homem até o hodierno. Se no princípio o homem amalgamava nele mesmo, obviamente em diferentes contextos, as distintas funções de escravo e livre, hoje, entretanto, assume tão somente o papel de escravo. E isso numa sociedade que sinicamente o tenta convencer de que, na atual conjuntura político-econômica, ele jamais desfrutou de tamanha liberdade.

O trabalhador deveria apropriar-se do produto do seu trabalho, no entanto, este é que se apropria daquele, porquanto o trabalhador perde o domínio sobre os objetos do trabalho. O produto do trabalho torna-se um objeto que passa a ter existência independente do trabalhador, de tal forma que se torna uma “/.../ potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX, 2004, p. 81).

Contudo, “/.../ o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*” (MARX, 2004, p. 82). Decorre desse fato a concepção da exteriorização do trabalho, isto é, o trabalho já não pertence ao trabalhador, este se nega naquele, não é mais o desenvolvimento de uma atividade livre, voluntária, mas forçada, obrigatória. “/.../ O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2004, p. 83).

A liberdade do homem frente ao objeto do seu trabalho é despojada, por conta do estranhamento, a tal ponto que, como já foi manifestado, o homem passa a ser dominado pelo produto de sua atividade. Ora, questiona Marx, se já não reconheço como meu o produto do trabalho e minha própria atividade, se até a mim mesmo me sou estranho, a quem, então, pertence isso tudo?

A resposta para Marx (2004) não é transcendental, porque o estranhamento tem a sua causa no próprio homem, isto é, em outro homem que não seja o trabalhador. Daí a idéia do “/.../ *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem /.../*” (2004, p. 85). “/.../ Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de

viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (2004, p. 86).

A origem desse estranhamento remonta a época em que alguns poucos homens começaram a apropriar-se, pela persuasão e/ou pela força, do trabalho alheio. E é a partir desse momento sociopolítico e histórico que surge na sociedade a divisão de classes e, por conseguinte, a luta entre estas classes.

Nos primeiros tempos da História, por quase toda parte, encontramos uma disposição completa da sociedade, em várias classes, uma variada gradação de níveis sociais. Na Roma antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Idade Média, senhores feudais, vassallos, chefes de corporação, assalariados, aprendizes, servos. Em quase todas estas classes, mais uma vez, gradações secundárias. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado (MARX e ENGELS, 1998, p. 10).

Embora seja verdade que a divisão da sociedade em classes não é uma peculiaridade da sociedade burguesa (capitalista), é também verdadeira a assertiva de que a burguesia conseguiu, em certo sentido, exacerbar a exploração sobre o trabalhador, visto que não possibilitou “/.../ restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do ‘pagamento em dinheiro’ desprovido de qualquer sentimento. /.../” (MARX e ENGELS, 1998, p. 13).

O trabalhador é forçado a vender a si mesmo, isto é, a sua força de trabalho, a fim de sobreviver. O produto do seu trabalho é, na sociedade capitalista, que tem de fato relevância. A utilidade e valor do homem estão, assim, intrinsecamente relacionados com sua condição de trabalhador, não tendo, portanto, nenhum significado substancial *a priori* sua mera condição humana.

Destarte, Marx considera a decadência do trabalhador em relação à supremacia do produto do seu trabalho, observando que “/.../ o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção /.../” (2004, p. 79).

Existe, segundo Marx, uma relação diretamente proporcional entre a valorização da mercadoria (mundo das coisas) e a desvalorização do homem (mundo dos homens), pois quanto maior a riqueza produzida pelo trabalhador tanto maior será a sua pobreza. Conforme já afirmara Marx (2004, p. 80) em 1948: “/.../ O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. Sobre essa problemática acrescenta ainda:

Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios aos poucos, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio, e são, por conseqüência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações do mercado. Em virtude do uso excessivo de maquinarias e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo o seu caráter individual e, em

conseqüência, todo o estímulo para o trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina e dele só é exigida a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida. Por isso, o custo da produção de um trabalhador é restrito, quase completamente, aos meios de subsistência que ele requer para a sua manutenção e para a propagação de sua raça (MARX e ENGELS, 1998, p. 20).

O sistema do capital gira em torno de uma tripla junção econômica: produção, circulação e consumo de mercadorias. Dessa simples equação, que é a fonte do acúmulo de riquezas apropriadas privadamente, é que resultam as crises cíclicas desse sistema. Isso porque “[...] surge uma epidemia que, em todas as épocas antigas, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução” (MARX e ENGELS, 1998, p. 18).

Tal fato deriva-se do impulso incontrolável do capitalismo. Bem como assinalaram Marx e Engels (1998, p. 19):

.../ As condições da sociedade burguesa são estreitas demais para abranger toda a riqueza que criou. E como faz a burguesia para vencer essas crises? Por um lado, reforça a destruição da massa de forças produtivas; por outro lado, tenta conquistar novos mercados e busca uma exploração mais completa dos antigos. Ou seja, pavimentando o caminho para crises mais extensas e mais destrutivas e diminuindo os meios pelos quais previnem-se crises

Percebe-se cada vez mais com maior clareza, que a contradição e a insustentabilidade do capitalismo estão arraigadas não apenas no desenvolvimento de algumas de suas idéias, o que possibilitaria uma auto-reforma a fim de perpetuá-lo. Mas estão, sobretudo, no âmago da sua estrutura, revelando-o como um sistema incontrolável, irreformável e autodestrutivo.

O trabalhador (sua força produtiva), o trabalho e o produto do trabalho estão a serviço de um outro homem, do não-trabalhador, Este faz contra o trabalhador tudo o que o próprio trabalhador faz, devido a sua alienação, contra si mesmo (MARX, 2004, p. 90). No sistema vigente (o capitalista), os ideais econômicos são valorizados em detrimento dos ideais humanos.

As reservas naturais de água potável, imprescindível à vida humana, e alguns alimentos estão com o risco de esgotarem-se. Por um lado, pelo consumo desregrado, por outro, pela exploração predatória da natureza. O trabalho, no capitalismo, não tem significado inerente, a não ser se, e somente se, estiver atrelado à produção e ao acúmulo de capital. O homem (sobretudo o trabalhador) é rebaixado de sujeito da sua própria história, visto que já não se determina sobre si (outro é quem se determina sobre ele), a fim de que sua primazia seja destinada à economia, isto é, ao acúmulo de riquezas.

Por isso, indubitavelmente se faz premente o desafio de pensarmos em construir uma sociedade alicerçada sobre fundamentos que estejam para além do capital, onde o homem, por sua mera condição humana, desfrute de uma verdadeira, responsável e saudável primazia frente a qualquer bem que possa produzir. Visto que a “/.../ contínua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capitalismo globalizado, verdadeiramente, não é uma opção” (MÉSZÁROS, 2000, p. 15).

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In. ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas, número 4.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Trabalho Estranhado e Propriedade Privada.** In. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Burgueses e Proletários.** In. O manifesto Comunista. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 18ª Edição, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** In. **Revista Outubro.** N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.